



**Jornal Notícias**

02-03-2011

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 150515

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 1442

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/ 4 a 5

**CRIMINALIDADE** P.4 E 5

## Justiça incapaz de travar grupos nómadas do crime organizado

Falta de coordenação dificulta recurso a prisão preventiva

## MOBILIDADE CONDICIONA COMBATE AO CRIME



### Crimes provocam grande alarme social

Se bem que não haja violência, este tipo de crimes provoca grande alarme social, uma vez que muitos deles incidem sobre as residências. A investigação destes crimes está a cargo da GNR e da PSP.



### Furtos praticados entre o Algarve e o Norte

Um dos exemplos da flexibilidade dos grupos foi um caso investigado a partir de Faro, em 2005, e julgado em 2007 e que esteve a cargo do magistrado António Ventinha. Os crimes aconteceram de Norte a Sul do país.

# Justiça incapaz de travar crime organizado nómada

**Não há coordenação** e o fenómeno atinge já uma dimensão preocupante

— CARLOS VARELA  
 — carlos.varela@jn.pt

A justiça portuguesa não está preparada para lidar com grupos organizados de criminosos nómadas, vindos dos Balcãs, sobretudo da Roménia, fenómeno que em França originou polémicas expulsões em massa. Em Portugal, a situação é preocupante.

A desorientação dos agentes da justiça é patente quando confrontados com estes casos (ver textos na página seguinte). Em Grândola, recentemente, de 16 suspeitos de nacionalidade romena, detidos por vários assaltos, 15 ficaram em prisão preventiva por causa do perigo de fuga, mas no tribunal da Moita outros 14 suspeitos estão a ser julgados à revelia, por terem sido libertados. A tendência tem sido para a última abordagem e os exemplos são às dezenas.

Em ambos os casos estão em causa pequenos furtos, ou pequenas burlas, de pouca relevância criminal se olhados isoladamente, mas vistos no seu conjunto tornam-se numa grave ameaça à segurança dos cidadãos, porque revelam grupos extremamente organizados e de grande mobilidade, que atacam em vagas. Chegam a ter muitas dezenas de elementos que percorrem o país de Norte a Sul, baseados em Portugal ou oriundos de Espanha. O fenómeno está quase fora de controlo e responsáveis ouvidos pelo JN culpam o facto de não existir uma estrutura no aparelho de investigação criminal que trate estes inquéritos de uma forma integrada.

“Este tipo de criminalidade não pode ser tratada crime a crime”, considera o procurador Rui Cardoso, vice-presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP). “Uma vez que a quase totalidade dos crimes são, por si só, de furto simples, o tratamento judicial isolado conduz a medidas de coacção que não ultrapassam o termo de



Mobilidade é o principal arma dos nómadas que contam ainda com a dificuldade das autoridades em dar uma resposta concertada

identidade e residência com apresentações. Mas como estes indivíduos não têm residência fixa, o resultado é mudarem de local e continuarem a prática criminosa ou fugirem do país, para mais tarde re-

gressarem”, constata o magistrado. Rui Cardoso aponta uma solução: “Concentrar inquéritos para fazer prova de associação criminosa e risco de perigo de fuga e garantir, assim, a prisão preventiva, única for-

ma de parar os grupos”. Mas pensa que a dispersão geográfica dos crimes “às vezes de Norte a Sul do país”, obriga à existência de um organismo mais abrangente. “O DCIAP [Departamento Central de

Investigação e Acção Penal] seria a melhor solução”, salienta o magistrado, mas as suas competências são apenas para o crime grave. No âmbito da discussão do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, o SMMP já propôs o alargamento de competências do DCIAP para abranger este tipo de actividade, com maior atribuição também de recursos humanos e materiais.

Mas há também as dificuldades criadas pelos próprios suspeitos. “Os mais jovens dizem que têm 14 ou 15 anos para serem considerados inimputáveis”, apontou fonte policial. E, como estão indocumentados ou os documentos são falsos, o único recurso é o Instituto de Medicina Legal, para provar a idade. E dão mostras de ter preocupações legais para escapar às autoridades. Em buscas realizadas a um grupo de suspeitos foram descobertas cópias do Código Penal português.

A maioria dos grupos nómadas tem origem em países dos Balcãs e de zonas mais centrais da Europa, como a Roménia, e chegam a Por-

“Espero que nunca tenhamos de chegar à posição de Sarkozy”, salienta José Anes

tugal provenientes de Itália, França ou Espanha. Há ainda o caso dos grupos de romenos e búlgaros, que são agora cidadãos da União Europeia e, portanto, têm o direito de circular livremente em Portugal. Trata-se de uma realidade complexa e difícil de controlar e não estão reunidos dados que permitam ter uma ideia exacta da dimensão do fenómeno.

José Anes, presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, reconhece o problema e não esconde a sua preocupação. “Estabilizou, mas em cima”, diz, ironizando, o especialista em segurança. “É necessário ter uma ideia muito clara sobre este tipo de crimes, porque estas pessoas vêm para cá apenas com um fito, a criminalidade”, diz, acrescentando estas situações “ainda não atingiram um ponto insuportável”. “Espero que nunca tenhamos que chegar à posição de Sarkozy”, conclui o especialista, numa referência à expulsão de nómadas romenos de França, numa medida que causou protestos em toda a Europa. ■

### Pesadas condenações no Tribunal do Porto

Em Fevereiro, seis arguidos estrangeiros foram condenados a penas até 15 anos de cadeia. Estavam acusados de mais de 200 roubos em residências e provocaram prejuízos de 6,4 milhões de euros.



### Medidas radicais geram conflito

No ano passado, a França assumiu medidas radicais, com a expulsão de muitos estrangeiros, alegando razões de segurança. A medida provocou polémica dentro da própria União Europeia.



### Manifestações contra expulsões

As medidas em França geraram protestos um pouco por toda a Europa, com acções de protesto de contestação às medidas de Sarkozy. Em Portugal, houve manifestações em Lisboa e Porto.

#### Portmoneiros

**DAS RULOTES PARA AS CASAS**  
Os primeiros grupos nómadas chegaram a Portugal em rulotes, deslocando-se em grandes grupos que facilmente eram detectados logo que passavam as fronteiras. Mais recentemente começaram a alugar casas, formando pequenas comunidades em vários pontos do país. O arrendamento é sempre feito apenas pelo líder.



#### HIERARQUIA E MENDICIDADE

Os grupos têm uma hierarquia perfeitamente definida, com os homens a assumirem a liderança. Nos casos conhecidos, os furtos em residências e estabelecimentos são levados a cabo por mulheres. A venda do produto furtado está sempre associada aos homens, assim como a compra dos veículos em que se deslocam, normalmente carros velhos e indiferenciados.

#### "EXPORTAÇÃO"

Na maior parte das situações, os produtos furtados não são vendidos no nosso país a receptadores locais. Têm sido detectados pelas autoridades sistemas de transporte de artigos para o estrangeiro, em carrinhas ligeiras, que terão como destino a Roménia.



#### EXPULSÃO

Antes da entrada da Roménia e da Bulgária na UE, estes grupos eram expulsos do país, uma medida que agora é impossível, dada a livre circulação de pessoas e bens. Mesmo assim a França expulsou em 2010 centenas de nómadas invocando razões de segurança.



O Tribunal de São João Novo condenou, em Fevereiro, uma rede a pesadas penas. Esta rede estava especializada no furto em residências, mas outros grupos estão em actividade

## Quinze na prisão por receio de fuga

**D**a operação desencadeada pela GNR de Grândola, em Alpiarça, em meados de Fevereiro, contra um grupo de origem romana suspeito da prática de vários furtos, já resultaram cerca de 20 inquéritos, tantos quanto o número de residências e estabelecimentos assaltados pelo grupo. E dos 16 detidos na operação, 15 mantêm-se em prisão preventiva. O risco de fuga e a possibilidade de continuação da actividade criminosa estiveram na base da decisão do juiz de instrução, promovida pelo Ministério Público (MP) de Grândola. Um dos detidos, por exemplo, tinha pendente um pedido de paradeiro emitido pela Roménia e um outro tinha pendente um outro para cumprimento de pena em Portugal.

O processo começou na sequência de uma série de furtos em Alcácer do Sal e de Grândola, ambos em residências, e as investigações conduziram ao grupo com residência em Alpiarça, a mais de 150 km de distância. Os detidos faziam parte de um grupo composto por entre 40 a 50 pessoas, a maioria com ligações familiares, que arrendaram pelo menos três casas em Alpiarça, onde viviam há vários meses. Segundo as autoridades, Alpiarça funcionava, assim, como base para os suspeitos, que se deslocavam de carro aos pontos que queriam assaltar.

O inquérito ainda agora come-

çou, mas o MP junto do Tribunal de Grândola já está a preparar-se para receber cerca de 20 inquéritos de outras comarcas do país, particularmente de Torres Novas e Entroncamento. É que a junção dos processos é essencial para fazer prova da associação criminosa e de que o grupo fazia do crime o modo de vida.

E desta expansão é sinal o facto de parte dos 30 mil euros em material furtado apreendido pela GNR nas casas dos suspeitos ter sido já reconhecida pelos proprietários.

Mas o facto de o grupo se ter ex-

**Processos já arquivados estão a ser reabertos, pelas suspeitas de os autores serem os mesmos**

pandido para sul faz supor às autoridades que possam ter também feito incursões a norte e essa possibilidade está a ser investigada.

E há processos já arquivados, em particular assaltos a residências, que estão a ser reabertos, por se suspeitar que tenham sido da autoria deste grupo. É o caso de situações ocorridas em Grândola, para as quais as autoridades não tinham explicação. As autoridades suspeitam também que o grupo possa ter efectuado alguns assaltos violentos. ■

## Catorze escapam ao julgamento

**O** Tribunal da Moita começou a julgar 14 indivíduos suspeitos de furto, mas sem que nenhum deles estivesse presente na sala de audiências. E, mesmo assim, foi a terceira vez que o julgamento foi agendado, para dar tempo a que as autoridades conseguissem localizar os arguidos. Agora, o tribunal fez mesmo avançar as audiências, marcando nova sessão para dia 10 de Março.

Todos os arguidos são estrangeiros, oriundos da zona dos Balcãs, ligados à comunidade romi, com ligações familiares, e foram detidos e constituídos arguidos em Março de 2007, por furtos qualificados a residências, associação criminosa, falsificação, recepção e condução sem habilitação.

Quatro mulheres ficaram na altura em prisão preventiva e três homens obrigados a apresentações regulares, mas com a reforma do Código de Processo Penal, as mulheres foram libertadas em Setembro de 2007, os homens viram desaparecer as apresentações e os restantes mantiveram o termo de identidade e residência.

Desde então, a PSP, que iniciou a investigação, o Ministério Público e o Tribunal da Moita nunca mais viram os arguidos, e a primeira audiência do processo foi marcada pela ausência dos arguidos, que provavelmente também nunca ouvirão o acórdão. ■

O grupo faz parte de uma "grande família" - como aponta a acusação - que se deslocou para Portugal a partir da região dos Balcãs e do Norte de Itália, tendo operado entre Junho de 2006 a Março de 2007. Dispunham de uma estrutura organizada, cabendo às mulheres a prática dos furtos em residências, enquanto os homens ficavam nas casas arrendadas e nas rulotes a tomar conta dos filhos.

O produto dos furtos, no entanto, sobretudo ouro, relógios e dinheiro, era entregue aos homens, que o vendiam a receptadores. Se

**Reforma do Código de Processo Penal levou à libertação dos presos. Ninguém mais os viu**

bem que tivessem base na Moita, Montijo e Pinhal Novo, na Margem Sul do Tejo, a sua área de intervenção compreendia também Leiria, Lisboa, Amadora, Seixal, Sesimbra e Palmela.

O alvo principal eram apartamentos, onde as mulheres entravam com recurso a um cartão plástico, com o qual abriam os trincos de portas não fechadas à chave. Em Palmela, levaram de uma residência um cofre de 600 quilos, que arrombaram, e de onde retiraram jóias no valor de 200 mil euros. ■